



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Dês. Marco Antônio Cabral Maggi

562  
D

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

220

**PROCESSO Nº 196855-8**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: SEBASTIÃO VALENTIM BEZERRA VARELA GONZALEZ**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ESGOTAMENTO DOS MEIOS POSSÍVEIS DE CITAÇÃO. PACIENTE QUE PERMANECEU FORAGIDO POR DEZOITO ANOS, SENDO PRESO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. DESCABIMENTO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 523 DO STF DEFENSOR QUE ATUOU SATISFATORIAMENTE. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. DIANTE DA COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA E DA PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DEVE O ACUSADO SER SUBMETIDO A JUGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI DECISÃO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

icg

1. Ao contrário do que se alega, foram esgotados, na hipótese, os meios judiciais para a citação pessoal do paciente, porquanto, procurado no único endereço declinado nos autos não foi encontrado, não havendo que se falar em nulidade de citação editalícia.
2. No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu, nos moldes da súmula 523 do STF.
3. Se a demora na produção das provas pode prejudicar a apuração do delito, tendo em vista a grande probabilidade das testemunhas esquecerem os fatos presenciados ou detalhes importantes para o deslinde da questão, vez que o delito atribuído ao réu ocorreu há mais de 18 anos, resta caracterizada a urgência da medida.
4. A sentença de pronúncia do Juiz "a quo" deve ser mantida em todos os seus termos, tendo em vista a presença de indícios de autoria e da prova da materialidade do crime.

221

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 196355-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo "a quo", nos termos do voto do Des. Relator.

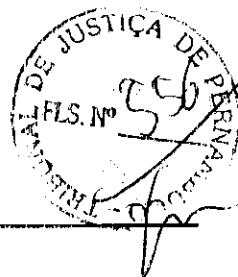
Recife, 03 de fevereiro de 2010.

  
Marco Antônio Cabral Maggi

Des. Presidente Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



222

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 196855-8

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: SEBASTIÃO VALENTIM BEZERRA VARELA GONZALEZ

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por **SEBASTIÃO VALENTIM BEZERRA VARELA GONZALEZ** em face da sentença que o pronunciou como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, IV do Código Penal.

No presente caso, o recorrente foi denunciado no ano de 1992 pela suposta prática do crime de homicídio qualificado. Não tendo sido encontrado no distrito da culpa foi citado por edital.

Com a prolação da sentença de pronúncia (fls. 171/175) no ano de 2005, foi determinada sua prisão preventiva, tendo o recorrente sido capturado no Estado do Rio de Janeiro em virtude do cumprimento do respectivo mandado de prisão, após o que constituiu Advogado e interpôs o presente recurso em sentido estrito (fls. 520/532), objetivando o reconhecimento da nulidade da ação penal, por vícios na citação, ausência de defesa técnica e inobservância aos preceitos do artigo 366 do Código de Processo Penal.

Neste recurso alega a defesa, em resumo, o seguinte:

- 1) que não foram esgotados os meios para se localizar o recorrente, além do que não se teria observado os procedimentos previstos na legislação acerca da citação por edital.

2) a absoluta carência de defesa, sustentando que o defensor dativo não exerceu suas funções a contento.

3) que a ouvida das testemunhas se deu sem a necessária urgência.

O órgão ministerial, por ocasião do oferecimento das contrarrazões recursais (fls. 533/536), pugnou pela manutenção da sentença de pronúncia.

O Magistrado, na oportunidade do juízo de retratação (fls. 537/539), manteve integralmente a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado (fls. 551/553), opinou pelo improvimento do recurso.

**É O RELATÓRIO.**

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife *19 de janeiro* de 2010.

  
**Marco Antônio Cabral Maggi**

**Des. Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

562p  
224

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 196855-8**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: SEBASTIÃO VALENTIM BEZERRA VARELA GONZALEZ**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

No presente caso, a defesa pleiteia a nulidade da ação penal por três razões: nulidade na citação por edital, ausência de defesa técnica e inobservância aos preceitos do artigo 366 do Código de Processo Penal. Assim, entendo por bem analisá-las em separado.

**1) nulidade na citação por edital:**

Como bem ressaltado pelo Advogado do recorrente, a citação por edital é medida de índole excepcional, reservada para as hipóteses nas quais não se fizer possível a citação pessoal do acusado.

Ao que consta dos autos, logo após a prática delitiva o recorrente se ausentou do distrito da culpa, permanecendo em lugar ignorado até o ano de 2009 (o crime aconteceu em 1991), quando foi capturado em outra unidade da federação, após prolação da sentença de pronúncia, na qual foi determinada sua custódia cautelar.

Segundo certidão acostada às fls. 81v, o oficial de justiça buscou no endereço constante nos autos citar pessoalmente o recorrente, providência inviabilizada pela ausência do distrito

465  
6

da culpa, consoante atestado pela sua própria genitora, que asseverou que seu filho não mais residia naquele local.

225

Ora, a certidão do oficial de justiça de que procedeu às diligências necessárias e que o citando se encontra em lugar incerto e não sabido merece fé pública não pode ser afastada para ser declarada a nulidade da citação editalícia, pois de fato foram esgotados os meios judiciais na tentativa de localizá-lo.

Inexiste, portanto, na hipótese, a alegada irregularidade na citação editalícia, pois, como visto, após a prática do crime narrado na peça inicial acusatória, o recorrente não mais foi localizado no distrito da culpa, permanecendo por longo tempo foragido, sendo encontrado apenas dezoito anos depois e, ainda, em outro Estado federativo.

Seria, assim, infrutífera qualquer outra tentativa de localizá-lo, em razão da situação comprovada de se tratar de réu foragido que foi, inclusive, procurado no único endereço fornecido e declinado nos autos. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de justiça:

**“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ESGOTAMENTO DOS MEIOS JUDICIAIS. RÉU QUE SE ENCONTRAVA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA LOGO APÓS A PRÁTICA DO DELITO. SITUAÇÃO PROCESSUAL COMPROVADA. AUSÊNCIA DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PACIENTE DEVIDAMENTE ASSISTIDO POR DEFENSOR NOMEADO DURANTE TODA A FASE COGNITIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 523 DO STF. PRECEDENTES.**

1. Ao contrário do que se alega, foram esgotados, na hipótese, os meios judiciais para a citação pessoal do paciente, porquanto, procurado no único endereço declinado nos autos pelos seus próprios familiares, não foi encontrado, tendo sido, ainda, constatado pelo oficial de justiça que,

Edo

de fato, estava foragido, tanto é que somente dezenove anos depois da data do fato, foi encontrado e preso em outro Estado da Federação.

2. Seria, portanto, infrutífera qualquer outra tentativa de localizá-lo, em razão da situação comprovada de se tratar de réu foragido.

226

3. Observa-se, no caso, que o paciente foi assistido por defensor dativo durante toda a fase de conhecimento, que, satisfatoriamente, ofereceu defesa prévia, participou dos atos processuais e, por fim, apresentou alegações finais.

4. Não há como reconhecer nulidade no processo-crime, em razão da deficiência de defesa na instrução criminal, porquanto não restou configurado, na espécie, de forma concreta e efetiva, prejuízos ao paciente em decorrência da participação do defensor primitivo no processo. Incidência da Súmula n.º 523, do Supremo Tribunal Federal.

5. Vigorando o princípio da voluntariedade, na fase recursal, inexistente, assim, ofensa ao direito de defesa, em razão da não interposição do recurso cabível.

6. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

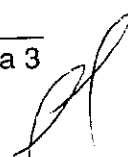
7. Ordem denegada. (HC 75335/CE, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 14.5.07)"

Outrossim, a falta de certidão de que o edital foi afixado no local público de costume (Fórum) não é motivo para anular-se o processo. Tamanho formalismo não tem cabimento, especialmente levando-se em consideração que réu foragido não vai ao fórum espionar a afixação de um edital.

Diante do exposto, meu voto é rejeitando a preliminar suscitada.

## **2) ausência de defesa técnica:**

A defesa aponta a existência de nulidade, sob o fundamento de que a atuação do defensor dativo se equivaleria à ausência de defesa técnica. Sustenta que, em sede de alegações finais, o Defensor se limitou a pugnar pela impronúncia do recorrente.



567

No caso, após o oferecimento da defesa prévia, o defensor nomeado compareceu às audiências que se sucederam e regularmente apresentou as alegações finais, nas quais sustentou a tese de negativa de autoria, pleiteando ao final a impronúncia do réu.

227

Como se sabe, nos moldes da Súmula 523 do STF, "no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu". Com efeito, não restou demonstrado o eventual prejuízo sofrido pelo réu decorrente da atuação de seu defensor, razão pela qual não há que se reconhecer qualquer nulidade no processo, eis que deficiência na defesa do réu não se confunde com a sua ausência e só poderá acarretar a pretensa nulidade se restar indubitado o prejuízo sofrido, o que não ocorreu no presente caso. Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS. NULIDADE. CITAÇÃO POR EDITAL. DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 523 DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.**

1. Não é nula a citação feita por edital, se houve diligência para sua localização no endereço fornecido em interrogatório. Ademais, incabível discutir na sede eleita a validade da certidão emitida pelo oficial de justiça, porquanto não esgotadas as possibilidades de intimação.
2. **Deficiência de defesa técnica. Não demonstração. Incidência da Súmula 523 do STF "No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu."**
3. Ordem denegada. (HC 42698/CE, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 13.2.06)".

Assim, meu voto também é rejeitando a preliminar argüida.

### **3) Inobservância do artigo 366 do Código de Processo Penal.**

Argumenta, ainda, a defesa que o processo merece ser anulado em virtude da oitiva das testemunhas de acusação, não obstante encontrar-se o feito suspenso após a citação do recorrente por edital.



412

Tenho que não merece prosperar a irresignação. Como se sabe, a prova testemunhal baseia-se na colheita das declarações das pessoas que presenciaram o fato delituoso ou dele tomaram conhecimento, sendo indiscutível que o decurso do tempo afeta sobremaneira a memória, prejudicando por vezes a lembrança de detalhes importantes para a busca da verdade real.

228

Por outro lado, é de se considerar também que a maioria das pessoas muda-se com frequência, ainda mais aquelas que vivem vizinhas à Capital, o que dificulta sua localização para futuras intimações.

Com efeito, sequer há de se cogitar ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa, haja vista que foi nomeado defensor ao réu que compareceu a todas as audiências designadas para a oitiva das testemunhas. Além do mais, é válido ressaltar que o fato ocorreu há mais de 18 anos, podendo-se afirmar que se as testemunhas fossem prestar depoimento só agora com a localização do recorrente certamente não seriam mais encontradas. Nesse sentido:

**“PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. RÉU REVEL. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.**

1.A determinação de produção antecipada de prova testemunhal, nos termos do art. 366 do CPP, é faculdade legal conferida ao Julgador, na hipótese de estar suspenso o processo em decorrência da revelia do acusado, bem como de estar demonstrada a urgência da medida, diante das peculiaridades do caso concreto.

2. Se a demora na produção das provas pode prejudicar a apuração do delito, tendo em vista a grande probabilidade das testemunhas esquecerem os fatos presenciados ou detalhes importantes para o deslinde da questão, vez que o delito atribuído ao réu ocorreu há mais de 05 anos, resta caracterizada a urgência da medida, não havendo que se falar em constrangimento ilegal.

3.Negado provimento ao recurso (AgRg no HC 92.769/CE, Rel. Min. JANE SILVA. DJU 24.03.08).”

Posto isso, meu voto é rejeitando a preliminar.

229

Outrossim, segundo a moldura legal da nova redação do artigo 413, do Código de Processo Penal, a sentença de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, em que se exige apenas o convencimento da prova material do crime e da presença de indícios de autoria. Não se requer certeza absoluta da autoria do delito para que se submete o recorrente a julgamento perante o Tribunal do Júri. São suficientes apenas meros indícios de autoria, com o fim de se remeter o julgamento à sociedade.

No presente caso, a testemunha Lino Solano de Arandas presenciou o fato delituoso narrando em seu depoimento o seguinte:

“ Que na noite do dia 27 de fevereiro do corrente ano, por volta das 19:30, o declarante se encontrava em frente a seu estabelecimento, um bar localizado na Av. Lindolfo Collor, nº 05, em Paratibe, neste município, e de repente ouviu dois estampidos provenientes de arma de fogo; que, olhando em direção de onde teria vindo os disparos, o declarante viu um elemento sem camisa, correndo em direção a sorveteria guri; que, segundo o declarante, o autor dos disparos segurava a camisa de cor vermelha a altura do rosto, tentando esconder o mesmo, e apesar do declarante tê-lo visto pelas costas, notou que o mesmo era de cor clara, altura aproximada de 1.60m, cabelos castanhos claros e manco da perna direita; que o autor do crime desapareceu do local, e do local onde o declarante se encontrava observou que no Bar Gongga, que fica localizado em frente ao Ponto Comercial do declarante, um homem tinha sido atingido pelos dois disparos e tombara sem vida no local; que a vítima se encontrava sentado bebendo cerveja; que nada sabe sobre os motivos do crime, contudo tomou conhecimento que o autor dos disparos após o crime evadira-se em um volks branco que se encontrava parado nas imediações; que conforme diligências encetadas por esta autoridade, apurou-se que o autor do crime da vítima destes autos se encontra detido no Presídio da Polícia Militar em Paratibe, acusado pela prática de vários crimes, tendo então o declarante ido até aquele estabelecimento penal onde procedeu a auto de reconhecimento perante esta autoridade e testemunhas, tendo reconhecido Sebastião Valentim Bezerra Varela Gonzalez como autor dos disparos efetuados contra Sérgio Roberto Vaz Costa (...).

Através da prova testemunhal produzida nos autos, tenho que há nos autos indícios de participação do recorrente aptos a ensejar sua respectiva pronúncia, pois a testemunha acima aludida asseverou que reconheceu o recorrente como o autor dos disparos que ceifaram a vida da vítima. Desse modo, verifica-se que este elemento de prova revela a necessidade de submissão do recorrente ao Tribunal Popular, posto que os Jurados são os Juízes Naturais nos crimes dolosos contra a vida, cabendo a estes o ofício de decidir acerca da autoria delitiva.

Por outro lado, a materialidade do crime encontra-se consubstanciada no auto da perícia tanatoscópica de fls. 16/17.

Diante do exposto, não vislumbrando qualquer das nulidades apontadas pela defesa do recorrente e sem adentrar no mérito da causa, considerando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, o meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo-se a sentença de pronúncia do Juiz "a quo" em todos os seus termos, devendo o recorrente ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Paulista.

**É COMO VOTO.**

